

O EMPRESARIADO SIDERÚRGICO ORGANIZA SUAS DEMANDAS: O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) como Aparelho Privado de Hegemonia (1976-1988)

João Paulo de Oliveira Moreira¹

Grupo de Trabalho 7: ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL DOS SÉCULOS XX E XXI: AGÊNCIAS E CONFLITOS

Resumo: O presente trabalho possui o objetivo de investigar a atuação do Empresariado Siderúrgico, no Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), entre os anos de 1976-1988. A hipótese a ser testada é a de que durante o período citado, o IBS funcionou enquanto um importante Aparelho Privado de Hegemonia para determinadas frações de classe, que articularam suas demandas junto à Sociedade Política. No mesmo momento histórico, inicia-se o processo de gestação de um projeto privatista para o setor siderúrgico, que veio a se difundir no final dos anos 1980.

Palavras-Chaves: Aparelhos Privados de Hegemonia, IBS, Privatizações e Consenso.

1. Os Aparelhos Privados de Hegemonia como uma categoria central nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci:

Tomando como elemento estruturador a teoria gramsciana, este trabalho tem o objetivo de investigar a atuação do empresariado da indústria siderúrgica, a partir do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), o principal órgão de representação de classe do setor. Para tanto, será utilizado o conceito de Aparelho Privado de Hegemonia para compreendermos o funcionamento do Instituto, bem como a atuação dos empresários no período estudado.

A despeito da vasta obra e, do não menos vasto aparato conceitual, elaborado pelo marxista sardo Antonio Gramsci, é possível afirmar que a noção de Aparelhos Privados de Hegemonia, ocupa um lugar fundamental no corpus da grande obra do autor, pois, são analisadas diversas questões a partir da utilização deste conceito nos Cadernos do Cárcere.

Um dos grandes méritos de Gramsci para a teoria marxista, é o de aprofundar em seus estudos a noção de Estado em seu sentido ampliado, ou seja, dando uma importante dimensão aos organismos atuantes na Sociedade Civil e, a função da hegemonia política e cultural produzida no seio da mesma (GRAMSCI, 2006, p.20-21; 225). Sua preocupação se fundava nas estruturas ideológicas das classes dominantes e nas formas de superação das mesmas, o sardo, demonstra seu interesse em desenvolver mais detidamente um estudo acerca desta temática, tendo como prioridade a imprensa (GRAMSCI, 2006, p.78).

Nesse caso, a hegemonia acaba por levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais esta é exercida, portanto, o Estado, a partir da matriz gramsciana é concebido como um organismo próprio de um dado grupo, destinando-se

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: jpffpgramsci@hotmail.com

a expandir os interesses dos mesmos, tendo assim os Aparelhos Privados de Hegemonia a sua própria organização cultural e intelectual (GRAMSCI, 2006, p.244).

Segundo Gramsci, um Aparelho Hegemônico de um dado grupo social, possui a pretensão de se estabelecer sobre o restante da sociedade, o que significa dizer que se busca inscrever os seus respectivos projetos no seio da sociedade política para sua difusão, em que não necessariamente implicará a formação de um partido político eleitoral próprio de uma classe.

“Põe-se o problema se os grandes industriais têm um partido político permanente próprio. A resposta, parece-me, deve ser negativa. Os grandes industriais se servem alternadamente de todos os partidos existentes, mas não têm um partido próprio. Nem por isso eles são, de modo algum, ”agnósticos” ou “apolíticos”: seu interesse é um equilíbrio determinado, que obtêm exatamente reforçando com seus meios, alternadamente, este ou aquele partido do tabuleiro político...” (GRAMSCI, 2006, p.322-323)

Nesse trecho, Gramsci, nos fornece um importante subsídio para se utilizar tanto teoricamente quanto metodologicamente o conceito de APH², ao considerar que não é necessária a ação política em seu sentido strictu sensu, para se falar em partido político, pois existem frações de classes que assumem o papel “organizativo” e “educador” a partir da organização nos seus órgãos de representação, estabelecendo assim uma função similar a do partido strictu sensu.

Muitos dos comentadores de Gramsci também buscaram interpretar os conceitos supra-citados. Para o mexicano Arcadio Sabido Mendez, o Estado em seu sentido ampliado, expressa a condensação política e ideológica dos interesses e contradições das classes sociais, articulando organicamente a Sociedade Política com a Sociedade Civil (MENDEZ, 2005, In: www.acessa.com). Portanto, o conceito de hegemonia nos permite observar o modo em que se integram às relações dirigentes-dirigidos.

Joseph Buttigieg, aponta para o fato de que com a noção de Aparelhos Privados de Hegemonia, pode-se entender as possibilidades das classes dominantes tomar o poder e mantê-lo, haja vista que:

“A civilização burguesa moderna, na visão de Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia-isto é, através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade. Mas deve-se logo acrescentar- Gramsci não compreende as operações hegemônicas como unidirecionais; elas não consistem somente na transmissão e disseminação de idéias e opiniões dos grupos dominantes para os estratos subordinados (...) em poucas palavras, ela reforça a capacidade dos grupos dominantes para olhar além do próprio interesse corporativo e estreito e, portanto, ampliar sua ação e influência sobre o resto da sociedade.” (BUTTIGIEG, 2003, p.46-47).

Por isso, os APH podem ser considerados o lócus de elaboração das concepções de mundo, pelas quais um dado grupo se representa, organiza e realiza sua direção política-cultural, como parte de um programa totalizante.

Carlos Nelson Coutinho, chama a atenção que tal conceito é próprio das sociedades em que a Sociedade Civil passou por um processo de complexificação, ou seja, as de tipo “Ocidental”:

[...] são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do

² Aparelho Privado de Hegemonia

Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1999, p. 54-55).

Todavia, para Coutinho, o Brasil é hoje uma sociedade "ocidental", mas cada Estado requer um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional acerca do seu caráter, e, no caso brasileiro, o autor entende que ainda está em grande parte por ser feito (COUTINHO, 1999, p.147; 155; 218; 219).

A despeito da posição de Carlos Nelson Coutinho, a questão das relações entre as classes dominantes e o Estado no Brasil, principalmente no que tange as suas frações agrárias na primeira metade do século XX, já constitui de longa data um importante objeto de reflexão de historiadores³, que promoveram uma vigorosa análise da Sociedade Civil no país, a partir dos APH.

2. O Instituto Brasileiro de Siderurgia: um breve histórico:

O Instituto Brasileiro de Siderurgia foi fundado em 1963, na cidade de São Paulo, com o objetivo de defender os interesses do empresariado do setor siderúrgico perante o governo brasileiro, desenvolvendo pesquisas relacionadas à produção, equipamentos, matérias primas, tecnologia, energia, meio ambiente, tendências de mercado, novas aplicações do aço, relações industriais, coleta de dados, preparação e divulgação de estatísticas, coordenação e normalização de produtos, desenvolvimento de programas e políticas definidas pelo setor, atuando como representante setorial junto a órgãos e entidades públicas e privadas no país e no exterior, realizando atividades de relações públicas e mantendo contato com entidades afins no exterior (LOURENÇO NETO e ABREU; DHBB, CPDOC-FGV, verbete IBS. Disponível em www.fgv.br).

Em abril de 1964, o IBS contava com 37 empresários e diretores de estatais associados, entre membros titulares e filiados e, de acordo com o estatuto de 1966, a diretoria passou a ser constituída por cinco diretores sem designação especial além do presidente e do vice-presidente (LOURENÇO NETO e ABREU; DHBB, CPDOC-FGV, verbete IBS. Disponível em www.fgv.br).

Desde o início, o instituto congregou empresários privados e diretores de empresas estatais, dividindo a diretoria entre os representantes dos dois setores, contudo, sempre possuiu mais representantes do setor privado (LOURENÇO NETO, 2001, p. 275).

Durante o governo Geisel, o IBS se destacou ao criticar as diretrizes expansionistas do setor siderúrgico estipuladas pelo CONSIDER, como bem explicou Lourenço Neto:

A siderurgia privada não tinha tantos motivos para comemorar o II PND. No plano estava previsto o apoio à construção de usinas estatais produtoras de aço-plano, sub-setor que a siderurgia privada lutava para manter reservada a sua exploração. A burocratização do CONSIDER também merecia críticas de representantes da siderurgia privada, que freqüentemente demandavam que pelo menos o IBS voltasse a ser

³ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da Primeira Metade do Século XX. In: GIRBAL-Blacha, Noemi & VALENCIA, Marta (Orgs.) Agro, Tierra Y Política. Debate sobre la História Rural de Argentina e Brasil. Buenos Aires: Red de Editoriales Universitárias, 1998.

representado no conselho. Além disso, a ratificação através do II PND das diretrizes de expansão previstas na resolução nº15 do CONSIDER fez surgir críticas já em 1974. (LOURENÇO NETO, 2001, p. 251)

Em 1981, as empresas siderúrgicas privadas resolveram criar uma associação exclusiva para melhor defender seus interesses, a Associação de Siderurgia Privada (ASP). Apesar da criação da ASP, as empresas privadas não se afastam do IBS. Com o término do programa de privatização das empresas siderúrgicas estatais, em 1993, essa divisão perdeu o sentido e ocorreu, então, a fusão da ASP e do IBS, mantendo-se a sigla mais tradicional (LOURENÇO NETO e ABREU; DHBB, CPDOC-FGV, verbete IBS. Disponível em www.fgv.br).

2.1 O IBS enquanto aparelho privado de hegemonia:

A primeira hipótese a ser testada, no decorrer deste trabalho, é a de que o IBS funcionou enquanto um importante aparelho privado de hegemonia para uma determinada fração de classe, apontando assim os caminhos para as privatizações entre os anos de 1976-1988. Visto que os aparelhos privados de hegemonia acabam sendo o lugar privilegiado de atuação das frações de classes que objetivam organizar suas demandas, ou seja, buscam, a partir da sociedade civil, condicionar as atuações do Estado em sentido estrito, será apresentado agora algumas demonstrações de como foi a atuação do IBS enquanto formulador de políticas de pressão ao Estado.

O ano de 1976 marcou uma mudança de posicionamento político dos agentes do Instituto Brasileiro de Siderurgia frente às políticas adotadas durante o governo Geisel, principalmente com a expansão das siderúrgicas estatais em direção ao sub-setor de aços-não planos, sob a justificativa de que a iniciativa privada não estava conseguindo crescer em nível suficiente, sendo que este “nicho de mercado” era exclusivo do setor privado até aquele momento (LOURENÇO NETO, 2001, p. 12-13).

Dois anos antes, havia sido lançado o II PND, que previa o apoio para todos os projetos de expansão das usinas, tanto privadas quanto estatais. O plano foi lançado como resposta à crise do petróleo e do “milagre” econômico (LOURENÇO NETO, 2001, p. 246). Sendo assim, o II PND faria um caminho inverso ao da maioria dos países que buscavam conter o consumo. No Brasil ocorreu à mudança no padrão de industrialização, sendo, a produção de insumos industriais e de bens de capital, as prioridades do governo.

Segundo Lourenço Neto, o descontentamento dos empresários organizados no IBS se deu em função da deterioração da economia, em 1976, e com o fato do governo Geisel decidir por não efetuar os investimentos previstos no II PND, alegando escassez de recursos, justificando assim, o início de um posicionamento crítico do empresariado do setor em relação à política oficial (LOURENÇO NETO, 2001, p. 259).

Logo, a escolha do ano de 1976 para o início deste trabalho se dá na medida em que ocorre um rompimento oficial do IBS com o governo Geisel, sendo colocada em pauta a demanda antiestatista nos congressos anuais do instituto.

No que diz respeito ao funcionamento do IBS enquanto um aparelho privado de hegemonia, formulador do discurso privatista, é importante voltar ao 6º congresso do Instituto, no ano de 1976, onde o então ministro João Paulo dos Reis Velloso⁴, em

⁴ João Paulo dos Reis Velloso, começou sua carreira política enquanto assessor do então deputado federal Jorge Lacerda da UDN de Santa Catarina em 1951. Em 1955, ingressou como escriturário no Banco do Brasil e, em 1957, iniciou o curso de economia na Fundação Álvares Penteado. Então, em 1964, foi

discurso para os empresários, defende abertamente a desestatização do setor em prol dos “interesses nacionais.

No mesmo congresso, a comissão de economia do IBS, em relatório inicial, inicia suas críticas ao direcionamento das verbas do II PND, no que diz respeito à expansão do setor:

[...] outros problemas se agigantaram e merecem de todos nós atenção redobrada. Um deles, o principal, diz respeito aos recursos financeiros necessários à expansão da siderurgia. Sabemos, todos, que eles são escassos e, por isso mesmo, devem ser aplicados dentro de um absoluto critério de prioridades, não se podendo permitir sua evasão para projetos cuja viabilidade e execução não sejam perfeitamente dimensionados e considerados indispensáveis (Relatório inicial da comissão de economia no 6º Congresso do IBS, 1976, p. 3-4).

Se, no 6º Congresso, a preocupação com os investimentos ocupou as atenções das frações de classe dentro do instituto, no 7º congresso, em discurso inicial, o então presidente do IBS Paulo Diederichsen Villares⁵ mantém esta preocupação ao criticar as expansões previstas no II PND, bem como a operacionalização do mesmo:

[...] deve-se aliar a preservação da atual estrutura privada no setor, com o aproveitamento da capacidade realizadora das empresas existentes. [...] Diante desses obstáculos⁶, reiteramos, reafirmamos e novamente postulamos aqui a necessidade de se adotar um esquema poderosamente operacional pela sua racionalidade, que permita a execução de um planejamento seguro, isto é, um planejamento que conte com recursos que não dependam de aprovações posteriores, mas que sejam conhecidas antecipadamente e que sejam de fácil controle e acompanhamento, sem uma desnecessária burocracia administrativa (Discurso do presidente do IBS Paulo Diederichsen Villares no 7º Congresso, Anais, p. 7).

No 8º Congresso do IBS, uma equipe técnica em artigo “A Siderurgia Brasileira face à conjuntura mundial do aço”, recomendava abertamente a privatização dos setores de aços não-planos comuns e especiais⁷, além de apontar enquanto fraqueza para o desenvolvimento da siderurgia “O elevado grau de intervenção estatal, com grande instabilidade na fixação da estratégia setorial.” (IBS, Equipe Técnica, 1978, p.2).

No decorrer do documento, a comissão técnica de economia apontava que o caminho para o qual o setor deveria ir seria o da ampliação do setor privado com a desestatização das empresas. Contudo, o fato mais importante do ano de 1978 foi a divulgação do primeiro documento dos empresários que representavam frações de vanguarda da burguesia industrial brasileira (MENDONÇA, 1986, p. 11). Esse fato ficaria conhecido como “o manifesto dos oito”, documento a favor da aceleração do processo de democratização do país, que, entre as oito lideranças que o assinaram,

incumbido pelo ministro do planejamento da época, Roberto Campos, para organizar o escritório de pesquisa econômica social aplicada (EPEA), futuro IPEA, cargo que ocupou até 1968. Entre 1974 e 1979 ocupou o cargo de ministro do planejamento, tornando-se, mais tarde, diretor geral da Veplan-Residência empreendimentos imobiliários (ENCICLOPÉDIA MIRADOR; DHHB, CPDOC-FGV, verbete Reis Velloso. Disponível em www.fgv.br).

⁵ Paulo Diederichsen Villares, filho do industrial Luis Dumont Villares, foi diretor geral do Grupo Villares, possuía livre circulação nas agências governamentais e bancos, prestou consultoria para empresas como Avon e Caterpillar nos anos 1970. In: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/>. Villares foi o presidente do IBS no biênio 78-79 e começava a representar um setor dentro deste aparelho privado de hegemonia de oposição as políticas governamentais. Ver anexo no final do trabalho.

⁶ Os obstáculos referidos por Villares são os altos níveis do preço do aço e a burocracia.

⁷ Documento “A Siderurgia Brasileira face à conjuntura mundial do aço”, 8º Congresso do IBS, 1978, p. 2.

contava com cinco membros do IBS (CODATO, 1997, p. 299). Nesse momento o empresariado do setor siderúrgico nacional entrou em conflito aberto com o governo na medida em que esse passou a não atender mais os seus interesses.

A segunda hipótese a ser testada, no decorrer desta pesquisa, é que surge do IBS, o discurso estruturador do consenso acerca das privatizações dos anos 1980 e 1990, fundamentalmente a partir do 10º congresso e das freqüentes participações de membros das principais agências governamentais do período, demandando a desestatização do setor.

Sendo assim, no 10º Congresso do IBS, com a palestra do professor Wolfram Engels da Universitat Frankfurt/Main, a crítica ao Estado torna-se contundente. Em sua exposição denominada “A Redescoberta de Verdades Simples, Perspectivas Econômicas para os anos 80” (10º Congresso do IBS, Anais, 1980, p. H/1-H15), o mesmo se dá ao trabalho de fazer uma enorme exposição sobre o declínio do socialismo e a sua ineficiência, bem como a “inutilidade” do modelo keynesiano que, segundo o autor, teve seu declínio devido à apropriação das idéias por parcela da esquerda, como o mesmo diz: “Pode ter sido o fato de que a teoria keynesiana se adequa tão bem a filosofia política de esquerda, o que provocou sua queda final.” (10º Congresso do IBS, Anais, 1980, p.H/12).

O mais importante, a nosso ver, não parece ser o conteúdo apresentado pelo professor, mas sim a sua participação no congresso do instituto, deixando muito claro por parte das frações de classe que a crítica ao Estado estava na ordem do dia. Wolfram Engels continua em seu trabalho criticando não apenas o socialismo, mas também a burocracia e os regulamentos em excesso, apontando para a “verdade” redescoberta, o fato da livre iniciativa, a livre concorrência ser o melhor caminho para a prosperidade.

Ainda no 10º Congresso em 1980, o presidente do IBS Jorge Gerdaud Johannpeter⁸, em seu discurso inicial, irá criticar a política de preços e a destinação de recursos para as estatais no então governo Figueiredo:

“Nunca será demais repetir que, toda vez que são desviados recursos orçamentários para cobrir custos das empresas estatais, o brasileiro sem condições de consumir aço acaba, fatalmente, subvencionando o consumo daqueles que têm condições de fazê-lo” (JOHANNPETTER, 1980, p.A/5).

O mesmo continuou a discorrer sobre preços e opinou quanto ao estado e as estatais:

“Toda ingerência direta do estado na formação dos preços tem validade evanescente, porquanto cada desequilíbrio gera novos desequilíbrios. Entendemos que se deva buscar, pela ação do estado, apenas o equilíbrio, e não o detalhamento. As próprias empresas estatais devem continuar buscando, inclusive na estratégia de investimentos, uma operação o mais possível desvinculada dos orçamentos governamentais, pois tal vinculação é extremamente desestimuladora da busca de objetivos empresariais próprios. A verdadeira confiança em investir somente será obtida pelo empresário privado no momento em que o estado fixar regras gerais mais consistentes, a serem aplicadas no tempo permitido, para que as regras próprias do mercado passem a funcionar, inclusive para as empresas estatais.” (JOHANNPETTER, 1980, p.A/7)

A destinação de recursos do Estado, como já foi citado acima, vinha sendo motivo de críticas contundentes por parte dos membros do IBS desde 1976. Quanto à política de preços, vale citar que, desde 1979, ocorria uma evolução das cotações

⁸ Ver anexos

internacionais de vergalhão, fio-máquina, chapa grossa, bobina a quente e bobina a frio segundo relatório⁹ preparado pela comissão técnica de mercado do IBS. Ainda segundo o relatório, as condicionantes para o aumento dos preços eram as decisões políticas, o que fatalmente influenciava o discurso do presidente Johannpeter.

A presença do Ministro do Planejamento, Delfim Netto, no mesmo congresso, corrobora com o discurso liberal e anti-estatista do Instituto:

“(…) Gostaria de cumprimentar o nosso Johannpeter, por sua demonstração de liberalismo, e o Sr. Secretário Geral, pela extraordinária exposição que nos fez. Gostaria de dizer-lhes que, em princípio, o Governo é tão liberal quanto o Johannpeter. Não há ninguém mais liberal do que um economista fora do Governo. E, lamentavelmente, ninguém é mais intervencionista do que um economista do governo” (NETTO, 1980, p. C/3)

No ano seguinte, Johannpeter, deu ênfase à questão tributária e à administração pública enquanto fatores onerosos para o desenvolvimento siderúrgico:

“No entanto, meus senhores, a nossa plena eficácia é dependente de fatores que estão sob gestão do Governo. Assim, só melhorar o desempenho de nossas empresas pode ajudar o País, mas não atinge o cerne da questão. Hoje, debate-se abertamente no mundo o custo da organização Governamental e sua relação com a carga tributária suportável pela sociedade. No caso brasileiro, a cada dia que passa, observamos com clareza o custo da administração pública tornar-se tão elevado, que chegamos a duvidar de nossa capacidade para suportá-la. Analisemos, por um instante, o sistema tributário brasileiro. A necessidade voraz de recursos tem induzido o Governo a taxar até lucros inexistentes, tanto nas empresas jurídicas quanto nas pessoas físicas. Referimo-nos, por exemplo, aos lucros contábeis e inflacionados da pequena poupança, oriundos de rendimento dos depósitos a prazo, incidindo sobre parcela de receita existente tão só no papel. O mesmo pode-se dizer do imposto pago para manutenção do capital de giro das empresas.” (JOHANNPETER, 1981, p. 2)

Podemos perceber que Johannpeter continua suas críticas quanto ao Governo e suas formas de atuação, seja a partir dos impostos ou da administração. O discurso aqui se refere à forma de eficiência para o setor, que segundo o empresário a partir do estado não estava surtindo o efeito desejado, tendo inclusive a necessidade de se buscar segundo o empresário no mesmo discurso, esta eficiência, já que o Estado não estava mais sendo competitivo e nem tendo condições de exportar aço de maneira adequada (JOHANNPETER, 1981, p. 4-5).

As críticas quanto ao intervencionismo do Estado só aumentaram posteriormente, o que se verifica em nota presente no *Estado de São Paulo* em 05/06/82 nela, o empresário Paulo Villares apontou como um mal para o desenvolvimento siderúrgico o planejamento excessivamente centralizado nas mãos do governo, fundamentalmente na questão do controle de preços. O interessante é que, no mesmo ano de 1982, o então ministro da indústria e do comércio, Camilo Penna¹⁰, anunciou a privatização de três empresas do grupo SIDERBRÁS: Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (COSIN) e Companhia Óleo de Palmopalba (COPALBA).

⁹ “A Siderurgia Brasileira e o Comércio Exterior”, 9º Congresso do IBS, 1979, p. 1-14

¹⁰ O ministro havia sido presidente da CEMIG entre 1969-1975, tendo participado do primeiro programa para executivos, oferecido pelo Centro de Desenvolvimento em Administração da Fundação João Pinheiro, em conjunto com a Graduate School of Business da Universidade de Colúmbia em 1972 (DHBB, CPDOC-FGV, verbete Camilo Penna. Disponível em www.fgv.br).

No biênio 1983-1984, o IBS pleiteou maior liberdade econômica. Sob a direção do engenheiro Plínio Assman¹¹, foram cobrados, nos congressos, a conversão das dívidas internas das empresas estatais do setor em investimento direto, criação de *tradings* especializadas na exportação de aço e o fim do protecionismo¹².

De 1985 até 1988, os congressos foram marcados pela presença de “ilustres” membros das agências governamentais como Luis Carlos Bresser Pereira que, na época, era Ministro da Fazenda e defensor assíduo das privatizações e de membros de outros aparelhos privados de hegemonia, como Mario Amato¹³, da FIESP/CIESP. No ano de 1987, Amato irá fazer um pronunciamento em que, entre outros pontos propostos, destacam-se: privatização de usinas estatais que atuam na produção e comercialização de aços não planos, redução da carga tributária e fretes mais competitivos (AMATO, Mario, 1987. Discurso extraído do painel “Estratégias para o desenvolvimento da siderurgia – aços planos” no 15º Congresso do IBS).

Considerações Finais:

Nesse estudo pretendi pensar as transformações do Estado brasileiro a partir de uma base gramsciana, tentando compreender as relações sociais entre os agentes dentro de seu aparelho privado de hegemonia com o Estado, a partir de uma concepção de Estado ampliado, ou seja, levando-se em conta tanto a esfera da sociedade civil, quanto do próprio Estado restrito.

Pensar o Estado brasileiro sob uma ótica gramsciana nos dias atuais constitui um desafio, porque, em tal abordagem, insere-se em uma tradição marxiana que visa repensar as transformações nas relações sociais entre os agentes atuantes na sociedade civil e o Estado brasileiro.

Por isso, a importância deste trabalho não está no fato de se questionar o porquê de o Estado, em determinadas circunstâncias históricas, intervir diretamente na economia e em outros momentos retrair-se, mas sim observar quais são os empresários da siderurgia que, organizados dentro do IBS, contam com representantes do setor junto às agências governamentais e até que ponto os mesmos apontaram os caminhos para a privatização do setor siderúrgico no Brasil.

Referências Bibliográficas:

BUTTIGIEG, Joseph. “Educação e Hegemonia”, In: [Carlos Nelson Coutinho](#) e Andréa de Paula Teixeira (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. 293p.

CODATO, Adriano Nervo. *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64*, Editora HUCITEC, 1997.

¹¹ Ver anexos

¹² IBS IMPRENSA: 19/03/83 p. 24; IBS IMPRENSA: 15/03/84, p.13.

¹³ Eleito para dirigir a FIESP/CIESP no triênio 1987-1989. Como presidente da FIESP/CIESP, tornou-se simultaneamente diretor regional do Serviço Social da Indústria (Sesi) e presidente do conselho regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), além de dirigir o Instituto Roberto Simonsen, órgão da FIESP/CIESP encarregado de promoções culturais (DHBB, CPDOC-FGV, verbete Mario Amato. Disponível em www.fgv.br)

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, Editora CORTEZ, 1999.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 320p.

GRAMSCI, Antonio. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol. 1: Introdução de Carlos Nelson Coutinho, Introdução ao estudo da Filosofia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 494p.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 334p.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 428p.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 4: Temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 5: O Risorgimento, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 461p.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 6: Literatura, folclore, gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 495p.

_____. *Cartas do Cárcere*. vol. 1: 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 478p.

_____. *Escritos Políticos*. vol. 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 520p.

_____. *Escritos Políticos*. vol. 1: 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 522p.

LOURENÇO NETO, Sydenham. “Marchas e Contra-Marchas da Intervenção Estatal. Estado, Empresariado e Burocracia na Política Siderúrgica Brasileira”, Tese de doutorado apresentada ao IUPERJ, 2001.

_____. Verbete: IBS; www.fgv.br

_____. Verbete CONSIDER; www.fgv.br

MENDEZ, Arcádio Sabido. Sobre El Concepto de Hegemonia, In: www.acesa.com

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 107p.

Hucitec, 1997. 219p.

_____. *O Estado Brasileiro: agências e agentes*, Niterói, EdUFF, Vico de Leitura, 2005.

_____. *Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da Primeira Metade do Século XX*. In: GIRBAL-Blacha, Noemi & VALENCIA, Marta (Orgs.) *Agro, Tierra Y Política. Debate sobre la História Rural de Argentina e Brasil*. Buenos Aires: Red de Editoriales Universitárias, 1998.

Fontes:

Relatório inicial da comissão de economia no 6º Congresso do IBS, 1976. Anais do Congresso

Discurso do presidente do IBS Paulo Diederichsen Villares no 7º Congresso, 1977. Anais do Congresso

_____ *Estado de São Paulo* em 05/06/82

Relatório Técnico “A Siderurgia Brasileira face à conjuntura mundial do aço”, 8º Congresso do IBS, 1978. Anais do Congresso.

Relatório “A Siderurgia Brasileira e o Comércio Exterior”, 9º Congresso do IBS, 1979. Anais do Congresso

Palestra de Wolfram Engels. “A Redescoberta de Verdades Simples, Perspectivas Econômicas para os anos 80”, 10º Congresso do IBS, 1980. Anais do Congresso.

Discurso do Presidente do IBS Jorge Gerdau Johannpeter no 10º Congresso, 1980. Anais do Congresso.

_____ no 11º Congresso, 1981. Anais do Congresso.

Discurso do Ministro Delfim Netto no 10º Congresso do IBS, 1980. Anais do Congresso.

Discurso extraído do painel “Estratégias para o desenvolvimento da siderurgia – aços planos” no 15º Congresso do IBS, 1987, Mário Amato. Anais do Congresso.

Anexos

Paulo Diederichsen Villares

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	
Período	
Formação Acadêmica	Engenheiro Metalurgista pela Poli-USP
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<ul style="list-style-type: none">• Ex-presidente do Conselho de Administração do IBGC, do IPT, do IBS (1976-1988 e 1984-1986) do ILAFA• Membro do Conselho do CEAL-Conselho de Empresários da América Latina e do IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, participou de vários Conselhos de Administração e Consultivos no Brasil e no exterior, como ALCOA, Alpargatas, Caterpillar, IBM Américas/Far East/Latin America Group, International Iron and Steel Institute, International Finance Corp, Chase Manhattan Bank, Avon

	Products, World Economic Forum e Conference Board"
Atividades Profissionais	Foi Presidente da Diretoria e do Conselho de Administração de Indústrias Villares e demais empresas do Grupo Villares
Atuação Política Partidária	

Fonte: www.ibgc.org.br/congresso/pt/speakers/ <acessado em 16/03/2012>

Jorge Gerdau Johannpeter

Origem Regional	Rio de Janeiro
Cargo Público	
Período	
Formação Acadêmica	É graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Atuação nas Agências Estatais	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobrás • Presidente da câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Produtividade do Governo Dilma Roussef
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) • Integra a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) • Presidente fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC) • Membro eleito da International Academy for Quality (IAQ) • Membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do World Steel Association • Membro do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), do qual foi presidente durante duas gestões (180-1982; ?) • Membro do Conselho Superior Estratégico da Fiesp
Atividades Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Conselho de Administração da Gerdau. • Coordena o Instituto Ação Empresarial
Atuação Política Partidária	

Fonte: http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot_sites/10_congresso_inter/palestrantes.html <acessado em 16/03/2012>

Plínio Oswaldo Assman

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Transportes do Estado de São Paulo quando implementou o Programa de Concessões Rodoviárias do Estado.
Período	1995/2001
Formação Acadêmica	Engenheiro Mecânico e Administrador de

	Empresas pela USP - Politécnica
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<ul style="list-style-type: none"> • Fundador e primeiro presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) • Diretor Superintendente do Instituto de Pesquisas Técnicas (IPT) da FIESP • Presidente do IBS (1982-1984) • Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Engenharia (2011)
Atividades Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Ministrou aulas na USP - Politécnica, na cadeira de Máquinas Elétricas • Foi engenheiro da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional e da COSIPA; • Foi gerente da Aços Villares • Foi Presidente do Metrô de São Paulo por sete anos. • Foi Presidente da COSIPA. • Foi Presidente dos Conselhos de Administração da privatização da Caraíba Metais (BA) e da Cia Nacional do Cobre (RS), empresas de propriedade do BNDES • Foi Presidente do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro • Foi Membro da primeira Diretoria da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)
Atuação Política Partidária	PSDB

FONTE: <http://www.assmannconsultoria.com.br/index1.asp?qm=p&ed=1&c=15> <acessado em 16/03/2012>